



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Rua André Pusti, 455 - Bairro Zona Nova - CEP 99010-220 - Capão da Canoa - RS - www.jfrs.jus.br

EDITAL

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIO

NÍVEL SUPERIOR - DIREITO

EDITAL 01/2021

Subseção Judiciária de Capão da Canoa

O Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Capão da Canoa, torna pública a abertura das inscrições para a realização do Processo Seletivo para contratação de estagiários de nível superior, da área do DIREITO, nos termos da Lei n. [11.788/2008](#) e da Instrução Normativa n. 34 do TRF da 4ª Região (Doc. Sei 5779409), publicada em 29/11/2016, o qual será regido de acordo com as instruções que ficam fazendo parte integrante do presente Edital.

I – DOS REQUISITOS

1.1 Para participar do Programa de Estágio o estudante deverá:

1.1.1 Estar matriculado em pelo menos uma disciplina do curso superior de Direito em instituição de ensino conveniada com a Justiça Federal, na área de abrangência da Subseção Judiciária de Capão da Canoa:

1.1.1.1 UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul - Campus Capão da Canoa;

1.1.1.2 UNICNEC - Centro Universitário Cenecista de Osório;

1.1.1.3 ULBRA - Universidade Luterana do Brasil- Campus Torres;

1.1.2 Ter concluído, **no momento do ingresso, no mínimo 20% (vinte por cento) e, no máximo, 80% (oitenta por cento) dos créditos disciplinares do curso superior de Direito**, independentemente do semestre em que esteja formalmente matriculado;

1.1.3 Residir na cidade de Capão da Canoa ou nas cidades da região;

1.1.4 Ter disponibilidade para cumprir a carga horária de 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, de acordo com o perfil da vaga ofertada no momento da convocação (trabalho exclusivamente presencial, trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto);

1.1.5 Ter disponibilidade e meios em sua residência (local adequado, equipamentos e internet) que possibilitem o trabalho remoto e a realização de teleconferências de capacitação e de trabalho (para os casos em que o perfil da vaga ofertada no momento da convocação seja de trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto);

1.1.6 Ter disponibilidade para estagiar pelo **período mínimo de 12 (doze) meses**, considerando a previsão de encerramento do vínculo com a instituição de ensino;

1.1.7 Não ter sido desligado do Programa de Estágio da JFRS anteriormente por conduta incompatível com a exigida pela Justiça Federal;

1.1.8 Realizar a inscrição de acordo com o item III e atender as demais determinações descritas neste Edital.

II – DAS VAGAS

2.1 O processo destina-se à formação de cadastro reserva com os 10 (dez) primeiros alunos classificados para preenchimento de vagas abertas após a publicação do ato de homologação do resultado.

2.2 Do total das vagas de estágio serão reservadas 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário e as atividades e necessidades próprias das unidades.

2.3 Em observância ao Decreto 9.427, de 28/06/2018, c/c a Resolução n. 336, de 29/09/2020, do Conselho Nacional de Justiça, do total de vagas previsto neste Edital e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, 30% (trinta por cento) serão reservadas aos candidatos negros que declararem tal condição no momento da inscrição preliminar.

2.3.1 Caso a aplicação do percentual estabelecido no item 2.3 resulte em número fracionado, este será levado para o primeiro número inteiro subsequente; no caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.3.2 Para efeitos de reserva de vaga, consideram-se candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição preliminar, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3.3 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

2.3.4 Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado da seleção e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.3.5 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.6 Além das vagas de que trata esse item, os candidatos negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.7 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos candidatos negros.

2.3.8 Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

2.3.9 Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

2.3.10 Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro quanto na de deficiente ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta na hipótese do item 2.3.8, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao candidato com deficiência.

2.3.11 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

2.3.12 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção.

2.3.13 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que considerem a relação entre o número total de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições estarão abertas no período de **11/10/2021 a 21/10/2021**.

3.2 Nos dias **22/10/2021 e 23/10/2021** haverá possibilidade de **retificação da documentação anexada**, sendo que nestas datas **não serão aceitas novas inscrições**.

3.3 Não serão aceitas inscrições presenciais ou fora do período informado no item 3.1.

3.4 Para realizar a inscrição o estudante deverá:

3.4.1 Acessar o *site* da Justiça Federal, www.jfrs.jus.br, menu Concursos e Estágios/Estágios/Capão da Canoa e clicar no link de inscrição do processo seletivo (Direito - Capão da Canoa) disponibilizado no período de inscrições;

3.4.2 Após cadastrar login e senha, o candidato deve preencher a FICHA CADASTRAL referente ao processo seletivo para estagiário de Direito em Capão da Canoa, disponível no período de inscrições;

3.4.3 O candidato deve, **obrigatoriamente**, anexar no momento da inscrição os seguintes documentos, em formato PDF:

3.4.3.1 Documento oficial de identidade com foto (RG com CPF ou CNH);

3.4.3.2 Comprovante de matrícula em pelo menos uma disciplina no 2º semestre de 2021;

3.4.3.3 Histórico do curso do Direito com as notas em cada disciplina;

3.4.3.4 Documento oficial emitido pela Instituição de Ensino que comprove o **índice de aproveitamento ou ordenamento do estudante no curso (média/conceito geral do estudante curso)**. O índice deverá constar de forma clara e inequívoca, informando a **nota média do aluno no curso** (e não no semestre), sem a necessidade de contagem ou de cálculos por parte da JFRS. Caso o histórico do item 3.4.3.3 forneça essa informação de forma inequívoca fica dispensada a apresentação de novo documento.

IMPORTANTE: Os documentos emitidos a partir de portais eletrônicos devem possuir endereço e código de verificação para validação de sua autenticidade. As universidades que não emitem esses documentos de forma automática deverão autenticar os documentos emitidos com carimbo e assinatura do responsável. Nestes casos as instituições podem estabelecer prazo de alguns dias úteis para a disponibilização de tal documentação. Recomenda-se que os candidatos solicitem os documentos com antecedência, de maneira a estarem aptos a cumprir os prazos estabelecidos neste edital.

3.4.4. O preenchimento da FICHA CADASTRAL não configura a inscrição do candidato no processo seletivo, **sendo INDISPENSÁVEL anexar os documentos descritos no subitem 3.4.3.**

3.4.5. Na hipótese de o candidato declarar-se negro, a autodeclaração, cujo modelo encontra-se no ANEXO I deste Edital, deve ser digitalizada e anexada junto com os demais documentos exigidos no sub-item 3.3.3.

3.4.6. Na hipótese de o candidato cumprir o critério social de desempate previsto no item 4.4.1, deverá apresentar comprovante, conforme o caso, de ser cotista de instituição pública ou beneficiário de algum programa social ou bolsista em instituição privada.

3.5 O prazo para inscrição poderá ser prorrogado, a critério da JFRS.

3.6 O candidato deverá acompanhar a “SITUAÇÃO” da sua INSCRIÇÃO pelo site. Enquanto houver alguma pendência (falta de informação ou documento), constará a situação “INSCRIÇÃO PENDENTE”. A inscrição estará completa quando constar a situação “HOMOLOGADO”.

3.7 A JFRS não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamentos das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 Não serão homologadas as inscrições dos candidatos que não juntarem documento que contenha o índice de aproveitamento ou ordenamento do estudante no curso (média/conceito geral do estudante no curso), descrito no subitem 3.4.3.

3.9 É vedado ao estudante participar simultaneamente em mais de um Programa de Estágio desenvolvido no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região ou em qualquer outra instituição, pública ou privada, sob pena de imediato desligamento, excetuando-se o estágio curricular obrigatório.

3.10 O candidato inscrito autoriza automaticamente a divulgação de seu nome e dados pertinentes ao processo seletivo na internet. O candidato que não autorizar a divulgação de tais dados deverá declarar sua intenção no momento da inscrição, anexando documento digitalizado e assinado para este fim junto com documentos obrigatórios do subitem 3.4.3.

3.11 O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com seu consequente desligamento do processo seletivo, caso as mesmas não sejam verdadeiras.

IV - DA SELEÇÃO

4.1 O processo seletivo constitui-se da avaliação do desempenho acadêmico a partir da análise do índice de aproveitamento ou ordenamento do estudante no curso (média/conceito geral do curso), conforme item 3.4.3, em caráter classificatório, sendo exigida a média mínima de 6,0.

4.2 Caso o índice de aproveitamento ou ordenamento do aluno no curso seja apresentado **somente no formato de conceitos**, serão considerados equivalentes os seguintes valores:

4.2.1 Notas 10 e 9 para os conceitos A e B, respectivamente;

4.2.2 Nota 7,5 para o conceito C;

4.2.3 Nota 5 para os demais conceitos.

4.3 O resultado final obedecerá a ordem classificatória a partir da maior nota e deverá conter, no máximo, duas casas decimais. Aplicar-se-á a seguinte **regra de arredondamento**, caso necessário: o número que corresponda à terceira casa após a vírgula será eliminado e, sendo menor que 5, permanecerá inalterado o algarismo a sua esquerda; sendo maior ou igual a 5, será acrescentada uma unidade ao algarismo a sua esquerda.

4.4 Havendo empate entre os candidatos, serão adotados como critérios de desempate, respectivamente:

4.4.1 Critério social: ser cotista de instituição pública ou beneficiário de algum programa social ou bolsista em instituição privada (conforme o comprovante apresentado no ato da inscrição);

4.4.2 Maior idade;

4.4.3 Maior número de créditos cursados;

4.4.4 Sorteio;

4.5 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência

do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.

4.5.1 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

4.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail rscapsecdf@jfrs.jus.br, contendo o nome completo e o CPF do candidato, e estarem devidamente fundamentados.

V - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A convocação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação.

5.2 O resultado da classificação final será publicado na página do processo seletivo na internet (www.jfrs.jus.br) **até a data provável de 31 de outubro de 2021**.

5.3 A publicação do resultado final da seleção será feita em duas listas, sendo a primeira com a classificação da lista geral, cotistas e pessoas com necessidades especiais separadamente; e a segunda lista com a ordem de chamada dos candidatos incluindo todos os aprovados na etapa anterior.

VI - DA CONTRATAÇÃO

6.1 Não será permitido o ingresso de candidatos que, no momento da convocação, já tenham concluído mais de 80% da carga horária do curso, independente do semestre em que esteja formalmente matriculado, mediante comprovação com histórico atualizado emitido pela instituição de ensino.

6.2 A classificação não gera automaticamente o direito à contratação do estagiário. Esta ocorrerá de acordo com a disponibilidade de vagas e segundo a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério da JFRS.

6.3 A Direção do Foro da Subseção Judiciária de Capão da Canoa será responsável pela convocação dos candidatos aprovados neste processo seletivo, que será feita por meio de mensagem de correio eletrônico, por telefone ou mensagem, assim como pela publicação na página do processo seletivo na internet.

6.4 O candidato convocado deverá manifestar seu interesse pela vaga respondendo ao e-mail de convocação enviado pelo Setor de Estágios no prazo máximo de 2 (dois) úteis contados a partir envio do e-mail, encaminhar os documentos listados no item 6.5 digitalizados para o e-mail rscapsecdf@jfrs.jus.br. Transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

6.5 Documentos a serem apresentados no momento do ingresso:

6.5.1 Documentos pessoais digitalizados em formato PDF: documento de identidade, CPF, cartão bancário de conta corrente e comprovante de residência;

6.5.2 01 (uma) fotografia digital 3x4 (formato JPG);

6.5.3 Comprovante de matrícula original ou cópia autenticada ou com código verificador de autenticidade;

6.5.4 Comprovante atualizado do percentual de créditos concluídos, emitido pela instituição de ensino (original, cópia autenticada ou com código verificador de autenticidade). O percentual deverá constar de forma clara e inequívoca, sem a necessidade de contagem ou de cálculos por parte da JFRS, e o arquivo enviado deve estar em formato PDF;

6.5.5 No caso de candidatos de 18 anos ou mais, certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal e pela Justiça Estadual, e alvará de folha corrida disponibilizado pela Justiça Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos, disponíveis nos seguintes sites: <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php> e <https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/>;

6.5.6 Ficha Cadastral de Ingresso;

6.5.7 Declaração negativa de parentesco;

6.5.8 Declaração negativa de atuação com advogados que atuem na Justiça Federal;

6.5.9 Termo de Compromisso do Código de Conduta.

6.6 Os documentos listados nas alíneas de **6.5.6 a 6.5.9** estão disponíveis no site www.jfrs.jus.br, no menu ‘Concursos e Estágios’ - ‘Programa de Estágios’.

6.7 No caso do candidato selecionado em vaga para pessoa com deficiência, o estudante deverá apresentar, antes do ingresso, além dos documentos mencionados no item 6.5, o laudo circunstanciado que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

6.8 No caso do candidato convocado não atender ao disposto nas Seções I e IV, ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

6.9 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, o Estagiário e a entidade de ensino superior conveniada, pelo período de 06 (seis) meses renováveis até o limite de 24 (vinte e quatro) meses.

6.10 O candidato que atender à convocação comprometer-se-á a providenciar seu cadastro no sistema SEI para uso de assinatura eletrônica e, havendo necessidade, providenciar a assinatura do Termo de Compromisso junto à instituição de ensino, além de iniciar o estágio na data agendada pela Direção do Foro da Subseção Judiciária de Capão da Canoa.

6.11 É responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. Sugere-se que o e-mail rscapsecdf@jfrs.jus.br seja adicionado aos contatos pessoais do candidato, a fim de evitar que e-mails eventualmente enviados sejam marcados como spam/lixo eletrônico. A atualização pode ser requerida ainda pelo **Whatsapp (51) 3665-7100**.

VII - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

7.1 A validade do presente certame findará após o transcurso de **18 meses**, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário eletrônico, **podendo ser prorrogado uma vez**, por período determinado inferior a 18 meses, a critério da Direção do Foro da Subseção Judiciária de Capão da Canoa.

7.2 Caso esgotada a lista de candidatos classificados antes dos prazos previstos no item 7.1, o presente certame terá sua validade encerrada.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inscrição do candidato implica aceitação das normas da presente seleção contidas neste Edital e no Regulamento do Programa de Estágio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

8.2 A jornada de atividade em estágio será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, no turno da tarde, sem prejuízo das atividades discentes.

8.3 O estágio será desenvolvido de acordo com o perfil da vaga ofertada no momento da convocação (trabalho exclusivamente presencial, trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto).

8.3.1 Caso o trabalho seja exclusivamente presencial, será desenvolvido na sede da Subseção Judiciária de Capão da Canoa, localizada na Rua Andre Pusti, 455, Zona Nova, Capão da Canoa - RS;

8.3.2 Caso o trabalho seja exclusivamente remoto, o estudante deverá ter disponibilidade e meios em sua residência (local adequado, equipamentos e internet) que possibilitem o trabalho remoto e a realização de teleconferências de capacitação e de trabalho;

8.3.3 Caso o trabalho seja remoto alternando com trabalho presencial, os subitens 8.3.1 e 8.3.2 serão igualmente observados.

8.4 O estudante fará jus à bolsa de estágio mensal, no valor de **R\$ 1.050,00** (um mil cinquenta reais); ao auxílio-transporte fixado em **R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos)** por dia efetivamente estagiado; ao seguro contra acidentes pessoais; e à obtenção do Termo de Realização de Estágio, ao final do estágio, fixados nos termos da Lei nº 11.788/2008, Resolução 208/2012 do CJF e IN 34/2016 do TRF da 4ª Região.

8.4.1 O auxílio-transporte somente será devido e pago quando o estagiário trabalhar de forma presencial.

8.5 O estágio terá duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

8.6 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo *site* da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (www.jfrs.jus.br) o andamento do processo seletivo de forma a conhecer e atender o cumprimento dos prazos indicados neste edital e nas demais publicações referentes a esta seleção.

8.7 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento que dever enviado por e-mail à Direção do Foro da Subseção Judiciária de Capão da Canoa (rscapecdf@jfrs.jus.br).



Documento assinado eletronicamente por **Oscar Valente Cardoso, JUIZ FEDERAL**, em 04/10/2021, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5779465** e o código CRC **DE3B2684**.